

Rio 2016: O Grande Empurrão

A conquista da sede olímpica de 2016 pelo Rio de Janeiro é um novo marco histórico para a cidade. A novidade veio após o amadurecimento político do Rio que hoje entende que apesar de ter como um de seus principais jornais o Jornal do Brasil, não mais é capital da república e sim um centro econômico e cultural importante. Além, do amadurecimento da questão regional, a confirmação do evento se deu após consolidação do debate sobre política econômica no Brasil. Que sediar as Olimpíadas implicará uma série de gastos públicos, todos nós sabemos. Sabemos também que no Brasil de outrora gastar por gastar era visto com bons olhos, afinal naquele momento os gastos significavam emprego e renda. Mas no debate de hoje, vemos muitos questionamentos sobre a qualidade desses gastos, não só com respeito às formalidades e transparência do processo de aquisição pública, mas principalmente com respeito ao legado que essas despesas deixarão para o longo prazo quando a conta dos jogos nos será apresentada. Esse artigo explica como e porquê o legado olímpico pode valer a pena.

O pano de fundo teórico que usarei para a explanação é a teoria do "Grande Empurrão" desenvolvida no fim dos anos 80 por Murphy, Shleifer e Vishny aliada à literatura de economia urbana, bem sintetizada por Glaeser (2007). A teoria do grande empurrão explica como um choque de gastos públicos pode levar um país a se industrializar, na medida em que cria demanda doméstica em um mundo onde há barreiras relevantes para o comércio internacional. Ou seja, a industrialização só se viabiliza se há renda disponível o suficiente para bancar o consumo interno da produção gerada, portanto muitas vezes a industrialização só é possível quando ela é concomitante em muitos setores. A melhor ilustração histórica desse conceito é a unificação aduaneira alemã (Zollverein) que começou no segundo quartel do século XIX com a simples idéia de facilitar o comércio entre os territórios da família Hohenzollern e terminou com a extinção das mais de 15 barreiras aduaneiras existentes entre Königsberg no leste da Prússia e Colônia na Renânia, viabilizando mercado para o desenvolvimento das ferrovias com forte apoio governamental, e portanto permitindo o florescimento do comércio. Este processo culminou com a unificação alemã e levou esta nação a preponderância no continente europeu no início do século XX.

Aplicar o grande empurrão ao panorama urbano significa criar condições para que pessoas queiram viver no Rio. A literatura de economia urbana indica que políticas públicas em uma cidade devem ter foco em pessoas, os lugares são consequência. A economia urbana se baseia em três pilares; melhor dizendo as pessoas só querem viver nas cidades se a renda aliada às amenidades urbanas, descontado o custo de moradia nelas valer a pena. As empresas só querem se manter em cidades se a produtividade daquele local compensar os mais altos salários. Construtores só querem disponibilizar novas unidades caso o custo da construção, levando em conta o custo de lidar com a legislação para construir, seja menor que o preço para o qual há disposição a pagar.

Uma cidade dinâmica é um ambiente que atraí empresas, pessoas e construtores. Portanto, as políticas públicas em uma urbe devem se concentrar em aumentar a produtividade das pessoas através da melhoria do transporte urbano. Cada hora perdida no deslocamento urbano é hora de trabalho perdida é menor produtividade. A cidade tem valor porque pessoas podem se encontrar e realizar transações comerciais, ou prestar serviços com facilidade. A dificuldade de transporte é nefasta para a produtividade do comércio e serviços. As políticas públicas devem se concentrar também em aumentar as amenidades urbanas para que com um mesmo salário e um mesmo aluguel pessoas se disponham a morar naquela cidade. Outra pedra angular para a política de uma cidade é adequar a legislação para as construtoras de modo que

peças que hoje vivem na cidade queiram ali seguir vivendo e de forma que a cidade possa continuar se expandindo.

A luz desse entendimento, a despesa com as Olimpíadas pode significar o grande empurrão para a cidade do Rio de Janeiro, na medida em que ela se traduza na criação novas zonas amenas na cidade através de intervenções urbanas, com a construção de centros comerciais, estacionamentos, vias de acesso, e afins junto aos equipamentos desportivos e também através da pacificação de mais comunidades, reproduzindo a política de sucesso das Unidades de Polícia Pacificadora em diversas áreas da cidade. A idéia de que os brasileiros só serão felizes quando todos morarem em Ipanema é balela. O que precisamos é de novas zonas amenas na cidade com equipamentos públicos funcionais e seguros no entorno dos quais, como nas ferrovias do Reich alemão, possa florescer o comércio, os serviços e a construção civil. De forma que jovens e empresas queiram vir para o Rio e a nossa população idosa não viva pensando em se mudar para a serra fluminense pela violência e pelo preço dos aluguéis da metrópole. Quem sabe na segunda metade desse século poderemos voltar a ter os classificados de imóveis da cidade ordenados alfabeticamente de Copacabana a Vaz Lobo como tínhamos no início do século XX.

Igor Barenboim é Ph.D. em Economia por Harvard e Subsecretário Municipal de Administração do Rio de Janeiro.